



**MUDANÇA** Líderes partidários decidiram retomar prazos de tramitação de emenda sobre vereadores, que volta ao exame da Comissão de Constituição e Justiça (foto acima)

## Emendas e falta de acordo adiam votação da PEC dos Vereadores

A apresentação de emendas por Heloísa Helena e a quebra do acordo de líderes para que fossem eliminados prazos de tramitação impediram na quarta-feira a votação final da proposta que define o número de vereadores. Antes dela, os senadores terão que decidir sobre o novo valor do salário mínimo

Páginas 4 e 5

### Tebet, Serys e Virgílio comentam a proposta de convocação

O adiamento do recesso parlamentar de julho para agosto, que teria o objetivo de agilizar a votação de propostas do Poder Executivo, é rejeitado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio. Já o senador Ramez Tebet defende a autoconvocação do Congresso para evitar que se votem “a toque de caixa” matérias importantes, como a parceria público-privada, a nova Lei de Falências e a Lei de Biossegurança. A proposta de autoconvocação, que não implica pagamento extraordinário, tem o apoio de Serys Slhessarenko.

Página 7



**OBJETIVO** Ao lado do embaixador Carlos Lopes (E), o presidente da CRE, Eduardo Suplicy, anuncia criação da bancada, proposta por Cristovam Buarque

### COMISSÃO CRIA BANCADA DO MILÊNIO

A Comissão de Relações Exteriores decidiu criar a Bancada do Milênio, que irá acompanhar o cumprimento de metas de desenvolvimento econômico e social previstas na Declaração do Milênio, assinada por vários chefes de Estado em reunião promovida pela ONU em 2000. A composição do grupo ainda será definida.

Página 3

### Pode acabar a cobrança de direito autoral sobre trilha sonora de filmes

A Comissão de Educação aprovou projeto que acaba com a cobrança de direitos autorais pela execução de trilhas sonoras de filmes nacionais e estrangeiros no país. Os autores da proposta, João Capiberibe e Paulo Octávio, esperam que o fim da cobrança beneficie o cinema brasileiro, no momento em que ensaia sua retomada comercial. O projeto – antiga reivindicação das empresas exibidoras de cinema – vai agora à apreciação da Câmara dos Deputados, desde que não haja pedido para ser examinado pelo Plenário do Senado.

Página 8



**OBJETIVO** Iniciativa do governo deve diminuir mortalidade materna, diz Maria do Carmo

## Maria do Carmo elogia pacto para reduzir mortalidade

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) aplaudiu iniciativa do governo que, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de saúde, lançou o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS), ressalta, considera aceitável o patamar máximo de 20 mortes maternas para 100 mil nascidos vivos, no Brasil o número de óbitos é de 74,5 mães para cada 100 mil nascidos.

Ela enfatizou que espera, “com convicção e efetivo apoio”, que o pacto possa cumprir seu objetivo de reduzir em 15%, até o fim de 2006, os atuais índices brasileiros de mortalidade materna e neonatal.

Maria do Carmo relatou que, por sugestão de “um brasileiro residente em Teresina, recebida pelo projeto Voz do Cidadão do Senado Federal”, decidiu homenagear a mulher brasileira pela passagem do mês de Maria (maio) e pelo fato de ser este o Ano da Mulher no Brasil.

– Temos a responsabilidade de melhorar as condições de vida de todas as “Marias” – disse.

# Tuma defende projeto de estágio para jovem carente

■ Senador propõe a criação de programa para adolescentes em órgãos da administração federal

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu projeto de sua autoria que cria o Programa Nacional de Apoio ao Adolescente Carente (Pronaac). O programa autoriza os órgãos da administração pública federal direta e indireta a admitir estagiários carentes, em caráter remunerado, na proporção de até 10% do total de cargos e empregos existentes em seu quadro de pessoal.



**OPORTUNIDADE** Segundo Tuma, proposta visa aproximar os jovens do mundo do trabalho

Tuma destacou que, como a administração pública direta e indireta tem cerca de 1 milhão de servidores, até 100 mil jo-

vens poderão “dar um importante passo no sentido de sua incorporação ao mundo do trabalho por meio de oportunidades criadas por esse projeto”.

Segundo o senador, o objetivo da proposição (PLS 161/04) é atender ao adolescente maior de 14 e menor de 18 anos de idade, que integre família com renda mensal de até dois salários mínimos, esteja matriculado e frequente regularmente estabelecimento de ensino, com aproveitamento satisfatório.

– O estágio propiciará a complementação do ensino por meio de treinamentos, além de constituir instrumento de integração do jovem ao ambiente profissional – sustentou Tuma.



**INFORMAÇÃO** Autoridades devem alertar e esclarecer a população, ressalta Papaléo

## Papaléo pede mais divulgação sobre riscos de doença cardíaca

O senador e médico Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou para os riscos das doenças do coração, que são hoje um grave problema de saúde pública. Para evitá-las, defende ele, é necessário que a informação sobre a prevenção seja difundida para todos os brasileiros e para a classe médica. Segundo os dados que apresentou, as doenças cardíacas matam cerca de 300 mil pessoas em todo o mundo anualmente.

– Nunca é demais insistir em informar o público sobre os fatores de risco para a saúde, principalmente os que podem trazer doenças cardíacas. É preciso que as autoridades intensifiquem medidas para alertar, informar e esclarecer sobre esses aspectos – declarou.

### Informação

Entre as iniciativas de divulgação sobre a necessidade de prevenção, Papaléo Paes citou reportagem da revista *Veja* que apresenta uma avaliação de risco, importante para que as pessoas tomem conhecimento de sua probabilidade de adoecer e adotem medidas preventivas.

– Fica muito claro o malefício trazido pelo fumo e pela falta de exercício, além dos fatores negativos como diabetes, colesterol alto, hipertensão e obesidade – afirmou Papaléo, lembrando que o uso de medicamentos anti-hipertensivos, de aspirina, e de redutores de colesterol constitui avanço da medicina para evitar as doenças cardíacas.

O senador recomendou a página, na Internet, da Sociedade Brasileira de Cardiologia ([www.emforma.com.br](http://www.emforma.com.br)), que mostra, entre outros dados, o Teste de Risco Coronariano. Papaléo elogiou ainda a qualidade dos especialistas brasileiros na área.

## Agenda

### Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, será não deliberativa. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Na segunda-feira, às 14h30, o Plenário examina MP que fixa novo valor do salário mínimo (MP 183/04).



### Exposição lembra Batalha Naval do Riachuelo

A Marinha do Brasil realiza, até 18 de junho, a exposição *Presença Constante até os Limites da nossa Amazônia Azul* no Espaço Mário Covas da Câmara dos Deputados. A mostra pode ser visitada

de segunda a sexta, entre 9h e 17h. O evento marca os 139 anos da Batalha Naval do Riachuelo, ocorrida em 11 de junho de 1865, que assegurou a livre navegação na Baía do Prata.

### Ordem do Mérito Naval

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, serão homenageados hoje com a Medalha Ordem do Mérito Naval. A solenidade de entrega da comenda será no Grupo de Fuzileiros Navais de Brasília.

### Memória Brasileira

O programa *Memória Brasileira*, a ser exibido pela TV Senado amanhã, às 16h30, faz uma homenagem aos compositores Chico Buarque e Raul Seixas, ao escritor Ariano Suassuna e ao maior estádio do mundo, o Maracanã.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Valadares apóia pesquisa para enriquecer urânio

Na opinião do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o Brasil não deve ceder a nenhum tipo de pressão, especialmente dos Estados Unidos, destinada a parar as pesquisas de enriquecimento de urânio. Segundo ele, “as reservas e o controle tecnológico desse elemento são estratégicos e ambicionados por todo o mundo, pois podem significar a auto-suficiência energética nuclear do país que dominar a tecnologia do urânio”.

– O que está em jogo para nosso país é a possibilidade concreta e estratégica de sairmos daquele círculo vicioso de termos que enviar nossa pasta de urânio bruto para ser processada lá fora ao custo de milhões de dólares, ao custo da dependência tecnológica, quando podemos, perfeitamente, ser completamente auto-suficientes nesse combustível cobiçadíssimo e ainda poupar e gerar divisas – afirmou Valadares, lembrando que apesar de o Brasil dispor de pesquisas avançadas sobre o minério ainda depende do Canadá, da Alemanha e dos Estados Unidos, dos quais importa urânio enriquecido.

### China

Valadares disse que o verdadeiro motivo do incômodo dos Estados Unidos tem raízes no recente acordo nuclear firmado entre o Brasil e a China para desenvolvimento de parceria em um programa nuclear. A seu ver, ao contrário das argumentações norte-americanas, de que o desenvolvimento de pesquisas brasileiras de urânio poderia representar algum risco para a proliferação de ar-



**AUTO-SUFICIÊNCIA** Antonio Carlos Valadares diz que o Brasil não deve ceder a pressões

mas nucleares, “o que existe é receio dos Estados Unidos da independência brasileira neste setor”.

– O Brasil não está inserido no chamado eixo do mal, ao lado de países que são tomados pelos Estados Unidos como interessados em urânio enriquecido para fins militares. Ora, esse nunca foi e nem é o caso do Brasil, que já assinou os dois principais tratados internacionais contra o uso militar do urânio. Nós não temos qualquer tradição nesse campo das armas nucleares.

O país possui a terceira maior reserva mundial de urânio, com cerca de 600 mil toneladas. Atualmente, o minério utilizado nas usinas nucleares de Angra 1 e 2 sai de jazidas situadas em Caetité (BA). De lá vai para o Canadá, onde é convertido em gás, seguindo depois para a Europa, onde é enriquecido. De volta ao Brasil, o gás é transformado em pastilhas, que vão alimentar os reatores das usinas.

## Senado envia voto de pesar a famílias de três goianos

A Mesa do Senado encaminhará voto de pesar às famílias de Guiomar Marinho Assis, João Alves Queiroz e Washington Alvarenga, a pedido do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Guiomar Marinho, engenheiro da Saneamento de Goiás S/A (Saneago), era amigo de infância de Maguito. João Alves foi fundador da empresa alimentícia Arisco e Washington Alvarenga presidia o PMDB de Formosa (GO).

– Sou dos senadores mais assíduos desta Casa, mas fui obrigado a faltar à sessão de terça-feira em virtude do falecimento de Washington Alvarenga. Um dia antes eu já tinha perdido um dos meus melhores amigos, Guiomar Marinho, que morreu afogado no Lago da Serra da Mesa, em Uruaçu (GO). Agora chega a notícia da morte de João Alves, aos 89 anos, um dos homens mais formidáveis deste país.

## Relações Exteriores cria a Bancada do Milênio

Objetivo do grupo é acompanhar metas de desenvolvimento econômico e social fixadas pela ONU

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) criou, na quarta-feira, a Bancada do Milênio, para acompanhar o cumprimento de metas de desenvolvimento econômico e social previstas na Declaração do Milênio, assinada por chefes de Estado em reunião promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000.

O anúncio da criação do grupo foi feito em audiência com a presença do representante no país do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), embaixador Carlos Lopes. Ele disse que está negociando um encontro dos integrantes da bancada, nesta segunda-feira, em São Paulo, com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, após a abertura da XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

– No Brasil, poderemos ter a melhor Campanha do Milênio de todos os países, que vai envolver a divulgação dos seus objetivos por meio de sacolas de supermercado, faturas de companhias de eletricidade,



**AVANÇOS** Ouvido por Eduardo Suplicy (D), o representante do Pnud, embaixador Carlos Lopes, fala sobre a Declaração do Milênio na CRE

mensagens em telas de caixas automáticas e até de um samba enredo da Portela, mas estava faltando uma liderança política, que queremos buscar no Senado – afirmou Lopes.

### Desvio

Autor da proposta, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) sugeriu que a bancada estimule o debate sobre os motivos que teriam desviado o Brasil da rota do desenvolvimento. Se até os anos 70 o país era “uma das vanguardas”, disse, atualmente é ultrapassado por pelo menos 50 países, entre os quais México, Argentina, Chile e Uruguai.

O representante do Pnud concordou com Cristovam e observou que, dentro da busca dos objetivos do milênio, como a universalização da educação

fundamental, a sustentabilidade ambiental e a redução da mortalidade infantil, o Brasil “não está bem na fotografia” e se encontra na 65ª posição em desenvolvimento humano.

Já o presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), observou que o Brasil está em boas condições de cumprir os Objetivos do Milênio, por meio de programas como o Bolsa Família.

### Pena de morte

Eduardo Suplicy informou que está elaborando um requerimento para que se solicite ao governo da Indonésia que o brasileiro Marco Archer Cardoso Moreira, condenado à morte, naquele país, por tráfico de cocaína, possa cumprir pena no Brasil, onde não existe esse tipo de punição.

## CPI ouvirá Requião sobre transgênicos

O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), será convidado a comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura as responsabilidades relativas ao contra-

bando de sementes transgênicas de soja e o plantio ilegal do grão em todo o país. A proposta foi aprovada na quarta-feira durante a reunião administrativa da comissão, destinada à

apreciação e votação de requerimentos.

A presença de Requião foi solicitada pelo presidente da CPI dos Transgênicos, senador João Capiberibe (PSB-AP), que afirmou serem importantes os esclarecimentos do governador sobre os impactos causados pela comercialização desses organismos modificados. Em 2003, Requião sancionou uma lei proibindo o comércio e o plantio de transgênicos em seu estado, o que causou grande polêmica.

O relator da comissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), questionou o impedimento do desenvolvimento de organismos geneticamente modificados no Brasil até o momento e ressaltou que o país não deve ficar no atraso tecnológico.



**AUDIÊNCIA** João Capiberibe (direita, ao lado de Quintanilha) afirma serem importantes esclarecimentos do governador sobre o assunto

## VEREADORES

Emendas e protesto do líder do PDT provocaram o rompimento do acordo para votação rápida da proposta que altera o número de vereadores em todo o país. Discussão do tema ocupou o Plenário na quarta-feira

## Proposta volta à tramitação normal

A apresentação de duas emendas pela senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) e o rompimento do acordo de líderes partidários para que fossem eliminados prazos de tramitação impediram, na quarta-feira, que a emenda constitucional que trata do número de vereadores fosse votada em segundo turno pelo Plenário. Assim, a proposta será discutida por mais duas sessões, seguindo imediatamente para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde as emendas serão analisadas.

A primeira das três sessões em que a emenda (PEC 55-A/01) tem de ser discutida em segundo turno transcorreu na quarta-feira. O segundo dia dependerá da medida provisória (MP) que reajusta o salário mínimo, pois ela tem prioridade sobre todas as outras matérias, uma vez que os prazos de votação estarão no limite já na segunda-feira. A MP do mínimo consta da pauta de votação de



**PLENÁRIO** Tuma (D) presidiu sessão em que houve a primeira das três discussões da PEC, que Heloísa (C) quer modificar. Para Carreiro (E), secretário-geral da Mesa, acordo tem mudado prazos de tramitação

terça-feira e, se for examinada, a emenda constitucional dos vereadores terá seu segundo dia de debate. A terceira discussão ocorreria, nesse caso, na quarta-feira, seguindo depois para a CCJ. Ao retornar ao Plenário, a emenda será colocada em votação imediatamente.

### Acordo

Os líderes partidários decidiram suspender, na sessão plenária de quarta-feira, o acordo firmado no dia anterior, diante dos protestos do líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), que sustentou não concordar com o fim de interstícios para

votação de emenda constitucional. Na noite de terça, o Plenário realizou cinco sessões extraordinárias em menos de uma hora, para que fosse possível a votação em primeiro turno. O segundo e último turno ocorreria na quarta-feira. Para o secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro, a supressão de interstícios realmente não está prevista no Regimento do Senado.

– Não consta do regimento, mas, por tradição, desde 2001 os interstícios vêm sendo eliminados quando todos os líderes partidários concordam. Isso aconteceu com a emenda que mexeu na imunidade parlamentar, com a que instituiu a taxa de iluminação pública e com a emenda paralela da Previdência – disse o secretário-geral em entrevista.

Carreiro lembra que, na emenda da imunidade parlamentar, o senador Jefferson Péres protestou, mas ele não era o líder de seu partido e, por

isso, o acordo de supressão de interstícios foi mantido. Na emenda paralela da Previdência, Jefferson não assinou o acordo de líderes, mas também nada fez para impedir a votação, relatou Carreiro.

O próprio Jefferson Péres será o relator, na CCJ, das duas emendas que Heloísa Helena apresentou à PEC dos Vereadores. Uma delas determina que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adapte seu calendário eleitoral de 2004 às mudanças introduzidas pela emenda. Quando a matéria foi discutida na CCJ, na semana passada, as mudanças apresentadas por Jefferson foram rejeitadas pela comissão.

A idéia dos líderes governistas e oposicionistas é aprovar a PEC como ela saiu da Câmara, e promulgá-la em seguida. No cálculo da líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), na pior das hipóteses a emenda dos vereadores deve ser aprovada até o dia 23 deste mês.

## PDT protesta. Sarney diz que Mesa é obrigada a acatar requerimento

A saída regimental para apressar a votação da proposta de emenda constitucional que diminui o número de vereadores não teve a concordância do PDT e, diante dos protestos dos senadores Jefferson Péres (AM) e Almeida Lima (SE), decidiu-se pela adoção do procedimento normal no segundo turno.

Na sessão de quarta-feira, o presidente do Senado, José Sarney, observou que teve de tomar a decisão de apressar a tramitação da PEC porque a Mesa é obrigada a acatar requerimento dos líderes que pediam a providência. Sarney afirmou ter sido informado pelo líder do PFL, José Agripino (RN), de que Jefferson Péres não discordava da forma de tramitação. Conforme o presidente, foi a concordância do Plenário que assegurou a realização das cinco sessões consecutivas na terça.

### Regimento

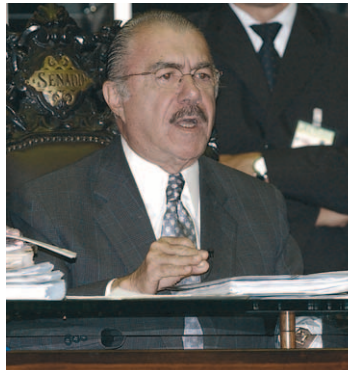
José Sarney sustentou a decisão após protesto de Jefferson Péres, que disse não considerar o fato “questão vencida”. Para Jefferson, houve violação do Regimento do Senado, que es-



**DEBATE** Jefferson Péres (E) disse que supressão dos prazos regimentais não tem nenhum valor. Já Sarney informou que medida semelhante foi tomada na votação da PEC paralela da Previdência

tabelece, ressaltou, a necessidade de interstício de cinco dias úteis, e não de cinco sessões, para votar PEC em primeiro turno. Segundo Jefferson, não houve unanimidade dos líderes, pois ele não assinou o requerimento e teria advertido Sarney de que o PDT não concordava com a posição das lideranças. Ele disse que a medida poria fim ao critério regimental que assegura à Minoria impedir a votação de matéria se não assinar requerimento de lideranças para votação urgente.

– A decisão de suprimir os prazos não tem valor algum



ainda que seja tomada por unanimidade pelo Plenário – argumentou o senador do PDT. Para ele, o presidente Sarney tinha o poder de decidir sobre a questão sem tê-la de submeter ao Plenário, alegando haver violação do regimento. Sarney respondeu que não tem competência regimental para deixar de submeter ao Plenário requerimento dos líderes.

– Isso não é fato inusitado. É cumprimento normal de rotina da Presidência. Lembro que na discussão da PEC paralela foi adotado o mesmo procedimento. Foi feito requerimento

com o mesmo teor assinado por todos os líderes e também não tinha a assinatura de Jefferson – explicou Sarney.

### Boa causa

Após o pronunciamento do líder do PDT, Agripino concordou em rever a decisão das lideranças. Ele ressaltou que o PFL não participou de um acordo para quebra de regimento, mas em defesa de uma “boa causa”. Conforme Agripino, Jefferson foi consultado sobre o requerimento dos líderes e respondeu que não se sentiria afrontado. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), também concordou com o retorno da matéria à tramitação normal para evitar mal-estar entre os líderes na Casa.

A mesma posição foi defendida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Ele argumentou que a PEC pode ser votada com calma, seguindo o prazo regimental, pois, mesmo se promulgada depois do dia 10 de junho, permitirá a redução de repasse de verbas às câmaras municipais. Antero defendeu o presidente da Casa, José Sarney, afirmando que ele to-

mou a decisão atendendo a acordo de lideranças.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o regimento foi violado na sessão de terça-feira, como teria ocorrido antes, disse, para impedir a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos. Ele também apoiou a retomada da tramitação normal da PEC, como foi proposto por Agripino. O senador Almeida Lima (PDT-SE) ainda criticou as mudanças nas regras para examinar a proposta.

### Acordo

Já a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), lembrou que Jefferson não fez recurso contra a decisão do Plenário e que a votação se deu com base no acordo feito pelas lideranças.

Ideli salientou que o mesmo acordo das lideranças garantiu a supressão dos interstícios regimentais para aprovar, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que eleva de 25% para 29% o repasse de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) da União para os estados.

## VEREADORES

Tramitação da proposta que define composição das câmaras municipais causou prolongado debate no Plenário. No mérito, vários senadores defenderam a proposta, que recebeu críticas de Eduardo Suplicy e Jefferson Péres

### Posição de Jefferson provoca discussão

Os senadores Almeida Lima (PDT-SE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) desentenderam-se na sessão de quarta-feira quando o Plenário discutia como votar a PEC dos Vereadores. O senador Antonio Carlos questionou a autoridade do senador Jefferson Péres (AM) para falar sobre o assunto, já que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o líder do PDT teria, de acordo com o parlamentar baiano, mudado três vezes de opinião sobre a PEC.

– O senador Jefferson se julga com mais autoridade que os demais. Não tem autoridade de usar adjetivação grosseira com o presidente do Senado – disse Antonio Carlos.

#### Resposta

Em resposta, diante da ausência de Jefferson no momento da crítica de Antonio Carlos, Almeida Lima ressaltou que a autoridade do seu colega de partido é dada pela bancada do PDT e não por um senador de outro partido. E rebateu a afirmação de Antonio Carlos de que o líder do PDT não teria autoridade para questionar o presidente da Casa sobre o encaminhamento regimental da votação da proposta.

#### Posição

Já presente no Plenário, o senador Jefferson Péres disse que não mudou de opinião a respeito do mérito da PEC dos vereadores.

– Ou o senador Antonio Carlos foi traído pela memória ou então, deliberadamente, falou com a verdade. Não sei por que o senador ficou tão irritado com a defesa do Regimento Interno – enfatizou Jefferson, narrando que, quando foi relator da PEC na CCJ, afirmou que não poderia apresentar emendas de mérito, mas apenas de redação à proposta, e que seria favorável à redução dos repasses às câmaras municipais e à interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que eliminou 8.520 vagas de vereadores.

– Não me sinto ofendido por suas palavras, apenas injustiçado – declarou Jefferson, dirigindo-se a Antonio Carlos.

José Cruz



**QUÓRUM** Mesmo com o comparecimento expressivo de senadores, a proposta não foi votada quarta-feira

## Nos discursos, proposta da Câmara dos Deputados recebe críticas e elogios

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), defendeu o acordo de lideranças partidárias do Senado para votar, com maior celeridade do que prevê o Regimento Interno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece o número de vereadores no país. Ela lembrou acordo feito na sala do líder do governo Aloizio Mercadante (PT-SP) para votação de matérias de interesse dos partidos, entre elas duas PECs: a dos vereadores e a da repartição dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que a dispensa dos prazos exigidos pelo regimento se justifica, porque as duas PECs são de grande interesse da população. A dos vereadores aperfeiçoa as normas baixadas pela Justiça Eleitoral e a da Cide, que aumenta o repasse de 25% para 29% aos estados, dará mais dinheiro aos governadores para ações em benefício da população.

#### Judiciário

O senador José Jorge (PFL-PE) aproveitou a oportunidade para protestar contra a não votação da PEC do Judiciário que tramita no Congresso há 12 anos. Como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a matéria já foi aprovada, ele afirmou

que a reforma somente não vai a Plenário por falta de vontade política do governo.

#### Perplexidade

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que o atraso na votação da proposta está causando “perplexidade” no interior do país. Ele manifestou a expectativa de que a norma a ser aprovada pelo Senado venha a prevalecer, mesmo que a decisão seja adotada após o dia 10 de junho, quando tem início o período das convenções partidárias.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ponderou que haverá um “caos” nas eleições de outubro, caso venham a prevalecer as regras estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A seu ver, a decisão final sobre o tema deve ser do Poder Legislativo, como teria reconhecido o próprio tribunal, ao determinar que a palavra definitiva a respeito do assunto seria do Congresso Nacional.

#### Excepcionalidade

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que a decisão do Senado pode ser tomada após a votação da MP que estabelece o novo valor do salário mínimo. Na sua opinião, a quebra de interstícios na votação de uma PEC ocorreu apenas em um caso excepcional. O senador afirmou ainda não ver motivos para votar contra a

PEC dos vereadores.

Ao anunciar seu voto contrário à proposta, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) justificou que, se a PEC não for aprovada, prevalecerá a interpretação oferecida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o número de vagas nas câmaras municipais diminuirá mais ainda. Com menos vereadores, completou, os gastos com os legislativos municipais serão reduzidos e mais recursos poderão ser investidos em necessidades básicas da população.

#### Compreensão

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) observou que a proposta não está sendo compreendida corretamente pela população. Segundo a parlamentar, as pessoas estão pensando que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que extingue 8.528 vagas para vereadores, também corta gastos com as câmaras municipais, o que não é correto.

Ana Júlia enfatizou que os recursos repassados às câmaras de vereadores são calculados com base no número de habitantes do município e não no número de vereadores. “O TSE não fez economia ao determinar o corte de vagas”, assinalou.

Ela disse que a PEC diminui o número de vereadores e proporciona economia de R\$ 430 milhões por ano.

### Heloísa cobra respeito à tradição legislativa

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) apresentou emenda de Plenário à chamada PEC dos Vereadores estabelecendo que, antes do segundo turno de votação, a proposta (PEC 55A/01) volte à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para exame de seus aspectos jurídicos e constitucionais. A comissão terá prazo de cinco dias úteis para deliberar.

A emenda, de acordo com a parlamentar, obrigará o Senado a examinar melhor a PEC, dentro dos prazos exigidos pela tradição legislativa da Casa.

#### Convenções

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse estar preocupado com as convenções de várias cidades de Santa Catarina, já marcadas para este fim de semana, quando ainda não haverá uma decisão definitiva sobre o número de vereadores permitidos para cada câmara municipal. “Como proceder?”, perguntou.

Para o senador Sibá Machado (PT-AC), a solução será remarcar as convenções municipais para depois do dia 20, quando o Senado já terá ultimado a votação da proposta de emenda à Constituição. Ele recordou que o prazo previsto pela Justiça Eleitoral para a realização das convenções vai até o dia 30 de junho.

#### Votação

O senador Paulo Paim (PT-RS) observou que PEC dos Vereadores dificilmente será votada na próxima semana. Ele lembrou que, a partir da próxima terça-feira, a medida provisória que aumenta o salário mínimo para R\$ 260 passará a trancar a pauta do Senado.

– Sabemos que, dependendo do quórum, a MP do salário mínimo poderá ser votada na terça ou na quarta-feira. Mesmo que isso ocorra e a pauta seja destrancada, como a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) apresentou uma emenda, a matéria terá que retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Provavelmente a PEC só voltará ao debate no Plenário depois do dia 20 – previu Paulo Paim.



**REALIDADE** Segundo Alvaro, característica da doença "assenta-se melhor no governo"

## Alvaro condena declarações de Dirceu sobre esquizofrenia

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou as declarações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, segundo as quais o Brasil vive uma situação "um pouco esquizofrênica", ou seja, tem condições de se desenvolver, mas, ao mesmo tempo, não consegue romper a estagnação econômica. Ao lembrar que a característica do esquizofrênico é sua perda de contato com a realidade, o senador disse que a crítica assenta-se melhor no governo.

Segundo ele, de nada adianta o presidente dar mais poder ao ministro, porque ele tem o talento de transmitir sensação de normalidade ao país. Portanto, quem talvez sofra de esquizofrenia seja o próprio governo, ao enxergar normalidade num cenário que inspira cuidados, argumentou.

Alvaro lembrou declaração do diretor da agência de classificação de risco *Fitch Ratings*, Roger Scher. Ele disse que Brasil e Turquia são os países mais vulneráveis do mundo porque são prisioneiros do sentimento do mercado.

– Segundo Scher, se o mercado disser que o Brasil é um cachorro, então o Brasil é um cachorro. Essa é uma declaração simbólica, mas demonstra bem a dependência internacional do país – concluiu o senador.

# César Borges: farmácia popular não atende pobre

■ Senador diz que governo usou lançamento do programa para obter ganhos políticos

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Salvador, no último dia 7, para a inauguração da primeira de uma série de farmácias populares, foi motivo de protesto do senador César Borges (PFL-BA). Ele criticou o que denominou de exploração política do evento pela equipe governamental e questionou a validade do programa para beneficiar a população carente.

– O programa é vazio, um factóide feito para dar mídia e não representa nada diante das necessidades do povo do país e da Bahia. Os entendidos dizem que ele não vai atender às pessoas pobres, pois estas não



**CRÍTICAS** César Borges questiona validade do programa para beneficiar carentes

têm recursos para comprar remédios – reclamou César Borges, acrescentando que, também segundo informações que recebeu, a pessoa que adquiriu o primeiro medicamento teria recebido o dinheiro para a compra do remédio da própria equipe organizadora da inauguração.

A utilização de recursos das prefeituras ou das Santas Casas

de Misericórdia para instalação das farmácias populares foi contestada pelo senador. Para ele, essa é uma situação injusta, pois, caso as Santas Casas não concordem com a implantação das farmácias, ficam ariscadas a não receber os repasses do Ministério da Saúde e as prefeituras já estão endividadas, observou.

O parlamentar baiano criticou ainda a exploração eleitoral do evento, pois, conforme relatou, Lula estava acompanhado de vários ministros e de uma "claque" de partidários do PT destinada a vaiar o prefeito de Salvador, Antonio Imbassay, e o governador Paulo Souto, ambos do PFL. Imbassay, explicou César Borges, é candidato à reeleição e adversário do candidato petista Nelson Pellegrino. "O governo tenta levantar uma candidatura que está em franca queda", concluiu César Borges.

## Burocracia atrasa obras, diz João Alberto

A burocracia do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) impede o andamento de obras importantes para o país, como a construção da ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, para ligar a ilha de São Luís ao continente, na rodovia BR-135. A reclamação foi feita por João Alberto Souza (PMDB-MA) em pronunciamento no Plenário.

Ele informou que, em 14 de janeiro, o 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), encaminhou ao ministério requerimento de informações questionando por que as obras estão paralisadas. Segundo o senador, a resposta somente chegou ao Senado no dia 2 de abril, depois de haver passado por



**DEMORA** João Alberto: resposta do ministério levou mais de 70 dias para chegar ao Senado

diversas coordenações e diretorias da pasta e do Dnit, dando conta de que o contrato de construção da ponte está em processo de rescisão.

– No sábado, vou para Bacabal (MA), minha cidade natal, e vou passar, novamente, por uma ponte que está condena-

da, que pode cair a qualquer momento. Enquanto isso, do outro lado, está a ponte totalmente paralisada. E o governo nada faz, a não ser que haja uma catástrofe, com mortes, para que as providências sejam tomadas – reclamou João Alberto Souza.

Ele também destacou a administração do prefeito de Açailândia (MA), Jeová Alves, "querido e aplaudido pela população". Presente às comemorações pelos 23 anos de fundação do município, que tem uma população de 100 mil habitantes, João Alberto observou:

– Achei que o prefeito está fazendo milagre com os poucos recursos da prefeitura, mostrando o que pode fazer um prefeito capaz e trabalhador.



**PROTESTO** Heloísa Helena considera "inadmissível" aprovação de Luiz Otávio

## Heloísa Helena critica indicação de Luiz Otávio para o TCU

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) protestou contra a indicação do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovada pelos senadores na sessão deliberativa da última terça-feira. A senadora ressaltou não ter nada contra a pessoa educada, tolerante e pacífica de Luiz Otávio, mas acha inadmissível que líderes do governo indiquem para ministro daquele tribunal de fiscalização alguém que, segundo ela, gerenciou uma operação fraudulenta contra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 1992, no comando da Rodomar, uma empresa familiar especializada em transporte fluvial, o senador Luiz Otávio, argumentou a senadora em discurso no Plenário, teria coordenado uma fraude que desviou US\$ 13 milhões dos cofres do BNDES. O dinheiro deveria ter financiado a construção de 13 balsas para incrementar o transporte fluvial na região. O fato veio à tona em 2000 e foi chamado de "golpe das barcas". O parlamentar foi absolvido pelo Conselho de Ética do Senado Federal.

## José Jorge: novo modelo energético afasta capital

O senador José Jorge (PFL-PE) alertou para o risco de aumento das tarifas de energia elétrica, em médio e longo prazos, e de fuga de investidores nacionais e estrangeiros do setor, em virtude da entrada em vigor da Lei 10.848/04, que regulamenta a comercialização de energia no país e foi defini-

da pelo governo como base do novo modelo do setor elétrico nacional.

Ele observou que a nova legislação foi adotada sem que o país tivesse tido tempo suficiente para avaliar a regulamentação anterior, implantada no último governo.

– Na avaliação unânime des-

ses empresários e investidores, o novo modelo não atinge os seus objetivos, porque, diferentemente da intenção original, essa proposta inibe o investimento privado, diluindo a possibilidade de oferta de energia por meio de novos empreendimentos energéticos – afirmou José Jorge.

De acordo com o senador, que já ocupou o cargo de ministro de Minas e Energia, serão necessários de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões por ano em investimentos para se atender à demanda do setor elétrico na próxima década, se o Produto Interno Bruto (PIB) crescer entre 3,5% e 4% ao ano.



**RISCO** José Jorge observa que proposta inibe investimentos de empresas privadas do setor



Célio Azeredo

**PROPOSTA** Pedro Simon quer o cidadão participando das decisões sobre gastos

## Projeto de Pedro Simon institui o orçamento participativo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou projeto de lei complementar (PLS 159/04) determinando aos Poderes Executivo e Legislativo, inclusive nos estados e municípios, que promovam a participação direta dos cidadãos nos orçamentos anuais, planos plurianuais e leis de diretrizes orçamentárias. A participação seria feita em audiências

públicas e por meio da apresentação de emendas de iniciativa popular.

Dirigentes dos órgãos responsáveis pela elaboração dos projetos orçamentários teriam de explicar à população as linhas gerais das propostas, permitir questionamentos por parte dos cidadãos e autorizar a apresentação de emendas. Na fase

de votação das propostas, os cidadãos não apresentariam diretamente suas emendas, mas o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores realizariam audiências públicas sobre os orçamentos.

Pedro Simon lembra que a feitura dos orçamentos é um evento importante para os eleitores dos paí-

ses mais desenvolvidos. No Brasil, no entanto, disse, apenas os órgãos públicos e os parlamentares dão importância aos orçamentos, apesar da previsão constitucional de que os cidadãos devem ser chamados a participar do processo decisório.

O senador ressaltou o sucesso dos "orçamentos participativos" implantados em vários municípios do país.

## Mão Santa: tarifa pública subiu mais que o salário mínimo

Com base em dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o senador Mão Santa (PMDB-PI) comparou o aumento das tarifas controladas pelo governo com o do salário mínimo nos últimos dez anos, e pediu ao senador Paulo Paim (PT-RS) que leve os dados ao "núcleo duro" do governo.

Segundo disse, as tarifas controladas aumentaram 258,8% e o salário mínimo apenas o correspondente à inflação no período, 165%. Mão Santa apontou alguns reajustes, como o da tarifa de telefones, que foi de 715,1%; da energia elétrica, de 312,6%; de água e esgoto, de 261,7%; e de passagens de ônibus, de 239%.

– Meu líder na luta por salário mínimo digno é Paulo Paim, porque acredito que ele nunca vai nos decepcionar – afirmou.

O senador José Jorge (PFL-PE) disse que os parlamentares que são candidatos a prefeito e votam a favor do mínimo de R\$ 260 não estão conseguindo andar pelas ruas de suas cidades. "Em Pernambuco, alguns tiveram que retirar as candidaturas." José Jorge afirmou ter ouvido rumores de que o governo prepara viagem para tirar 12 senadores da votação do salário mínimo. "Aqueles que não vierem votar é porque estão contra o trabalhador", advertiu.



Genildo Mogueira

**EXEMPLO** "Meu líder na luta por um salário mínimo digno é Paulo Paim", afirma Mão Santa

## Tebet defende convocação em julho sem gastos extras

■ Para o senador, é preciso examinar as matérias importantes com calma e profundidade

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) fez apelo para que o Legislativo "não vote a toque de caixa" matérias importantes, como o projeto que institui o sistema de Parceria Público-Privada (PPP), a nova Lei de Falências e a Lei de Biossegurança. Para Tebet, deve haver autoconvocação do Congresso de forma que as propostas sejam examinadas com "calma e profundidade". Ele disse reconhecer a importância de deputados e senadores irem para suas bases em razão das eleições municipais, mas não se pode permitir, acrescentou, que determinadas matérias sejam aprovadas apressadamente.



Genildo Mogueira

**RIGOR** Segundo Ramez Tebet, projetos não podem ser votados "a toque de caixa"

Se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005 for aprovada até o fim do mês, a autoconvocação em julho seria uma boa solução, argumentou, pois não representaria despesas extras e haveria pauta definida para deliberação.

– Não tenho dúvidas de que o Legislativo está trabalhando muito. A nossa produção é uma

das maiores do mundo. Na França, não se vota mais de uma dezena de leis no ano. Aqui no Legislativo federal é uma quantidade infinita de leis que nós votamos. Estamos trabalhando e cumprindo o dever, mas vamos fazer uma autocrítica. Estamos trabalhando a toque de caixa, votando leis importantíssimas como se as coisas devessem acontecer amanhã, e isso não está correspondendo ao que a sociedade espera – argumentou Tebet.

### Mérito

Como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Tebet elogiou a decisão do colegiado de não votar de modo apressado as PPPs. Ele disse discordar de alguns integrantes da base do governo que defendem a discussão de mérito das propostas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para agilizar a tramitação das matérias.

## Proposta recebe o apoio de Serys Shlessarenko

Em discurso, a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) disse ser favorável à autoconvocação do Congresso em julho. Ela explicou que seria contra a convocação com remuneração extraordinária, o que ocorreria se o pedido de trabalho extra visse do Executivo. Não há pagamento extraordinário quando a convocação parte do próprio Congresso.

Na terça-feira, os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, apresentaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva proposta de adiamento do recesso para agosto, visando permitir a votação de projetos importantes. Se necessário, "é aqui que temos que estar", afirmou Serys,

que recebeu apoio do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

A senadora também informou que esteve em Belo Horizonte, na última semana, no congresso de câmaras municipais para debater a Agenda 21. Ela compareceu como presidente da Frente Parlamentar de Desenvolvimento Sustentável Agenda 21 Local.

Serys informou ainda ter participado da assinatura da Carta de Crédito de Carbono, no Ministério da Ciência e Tecnologia. A iniciativa, durante a Semana do Meio Ambiente, trata da redução de emissão de gás carbônico. Na ocasião, foram anunciados os dois primeiros projetos aprovados no Brasil que seguem as recomendações



José Cruz

**TRABALHO** Se necessário, "é aqui que temos que estar", disse Serys sobre a convocação

aplicáveis ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). A medida, observou a senadora, garante que países que necessitem reduzir emissões para atingir os níveis definidos pelo Protocolo de Kyoto poderão adquirir "créditos de carbono" junto a países em desenvolvimento, como o Brasil.



J. Freitas

**DECISÕES** Para Virgílio, governo deve convocar o Congresso se quer votações em julho

## Para Arthur Virgílio, adiar o recesso é casuísmo

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou em Plenário que não concorda com o adiamento do recesso parlamentar de julho para agosto, medida que teria o objetivo de agilizar a votação de projetos de lei de interesse do Poder Executivo. Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende que o Congresso tenha votações em julho, observou ele, deve promover a convocação extraordinária do Legislativo. – Não há hipótese de aceitarmos esse casuísmo. Se o governo não teve competência para colocar em votação as medidas de seu interesse, até porque envia ao Congresso uma medida provisória após a outra, não é problema nosso – afirmou. O líder do PSDB disse que estará à disposição para a votação de projetos de interesse do país durante o período eleitoral, desde que se promovam semanas de esforço concentrado para se apreciar uma pauta definida pelas lideranças. Na opinião de Virgílio, essa é a prática tradicional do Legislativo, que deve ser seguida também pelo atual governo.

José Cruz



Célio Azevedo



Márcio Kolbe



**PROPOSTAS** Educação aprova substitutivo de Saturnino a projeto de Paulo Octávio e João Capiberibe

# Cinema pode ficar livre de cobrança de direito autoral

Projeto isenta salas de exibição do pagamento de taxas relativas às trilhas sonoras dos filmes

A cobrança de direitos autorais pela execução de trilhas sonoras de filmes nacionais e estrangeiros poderá ser alterada no país. A Comissão de Educação (CE) aprovou o substitutivo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) a projeto de autoria dos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Paulo Octávio (PFL-DF). O projeto (PLS 532/03) diferencia a exibição de filmes, em salas de cinema, da execução de obras musicais em emissoras de rádio e outros meios de comunicação.

A proposta é uma antiga reivindicação das empresas exibidoras de cinema do país. Na prática, ela impede que o dono da sala de cinema seja obrigado a pagar direitos ao autor da trilha musical de um filme, co-

mo vem ocorrendo atualmente. Em rádios, por exemplo, a exibição de uma música obriga o proprietário do veículo a pagar direitos aos autores e produtores da obra. A cobrança é feita pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

O projeto vai agora para apreciação da Câmara dos Deputados, desde que não haja pedido para ser examinado pelo Plenário do Senado. Os autores da proposta esperam que o fim da cobrança possa beneficiar o cinema brasileiro.

Conforme o senador Paulo Octávio, a proposição corrige uma “grave distorção”, que, segundo observou, vem ameaçando, ao longo dos anos, as mais tradicionais empresas de exibição cinematográfica brasileiras, principalmente quando os filmes exibidos são estrangeiros, que representam 90% do mercado cinematográfico nacional.

– Pagar direitos autorais de músicas e filmes estrangeiros,

via Ecad, é retirar dinheiro do povo brasileiro para pagar os autores e compositores norte-americanos e europeus, em detrimento do cinema nacional. Isso também encarece o bilhete nos cinemas em quase 3% – argumentou Paulo Octávio.

O senador informou ainda que as salas de cinema norte-americanas, por exemplo, não procedem da mesma forma, ou seja, não arcam com o ônus nem para com os seus próprios autores e muito menos transferem esses recursos para compositores brasileiros de filmes em exibição nos Estados Unidos.

Na mesma reunião da Comissão de Educação, que é presidida pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), foram aprovados 137 projetos de decreto legislativo, a maioria autorizando o funcionamento de rádios comunitárias. Foram aprovadas ainda as renovações e outorgas para funcionamento de emissoras de ondas média, curta e frequência modulada.

## Pensão para viúva de Barbosa Lima Sobrinho

Foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) relatório do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 5/04) que concede pensão especial à senhora Maria José Pereira Barbosa Lima, viúva do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

A pensão é especial, mensal e vitalícia, no valor de R\$ 3.086,83. Será atualizada pelos índices e critérios estabelecidos para os

benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

Personalíssima, a pensão não pode ser transmitida a herdeiros ou beneficiários, nem recebida em conjunto com outros proventos pagos pelos cofres públicos.

– Essa é uma homenagem da República a esse homem que deixou como legado para o Brasil a liberdade de imprensa. É o merecido reconhecimento do povo brasileiro ao jornalista cuja vida sempre foi marcada por suas idéias libertárias, pela

J. Freitas



**HOMENAGEM** Sérgio Cabral diz que jornalista deixou como legado a liberdade de imprensa

defesa dos princípios éticos e pela luta contra a ditadura. Nada mais justo do que dar à viúva desse grande brasileiro uma pensão que permita a ela viver com dignidade – destacou Sérgio Cabral.

## Hélio Costa quer que companhias aéreas decidam preços de vôos

Projeto de lei que dá liberdade às companhias aéreas para estabelecer os preços das passagens foi apresentado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG). De acordo com a proposta, o Departamento de Aviação Civil (DAC) não poderá intervir na livre competição entre as empresas, mas deverá comunicar aos órgãos de defesa da concorrência fato que possa configurar infração à ordem econômica.

Na justificativa do seu projeto (PLC 169/04), o parlamentar argumenta que o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), editado em 1986, contém disposições que não correspondem às necessidades do mercado, tendo consagrado modelo cartorial de regulação já abandonado por países desenvolvidos.

O senador baseou-se em recente promoção de passagens



Jane de Araújo

**MERCADO** Hélio Costa afirma que o DAC se transformou em “um verdadeiro cartório”

que foi vetada pelo DAC, em prejuízo dos usuários. Além de determinar os preços das tarifas, o DAC também tem o poder de autorizar a compra de aeronaves pelas empresas e modificar frequências, rotas e horários de vôos.

– O DAC transformou-se em um verdadeiro cartório – diz Hélio Costa.

O senador reproduz na justificativa trecho de documento da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, no qual é mencionada a existência de barreiras à entrada de concorrentes no negócio da aviação civil.



**ESTÍMULO** Segundo projeto de Crivella, quem mora no exterior poderá ter conta no Brasil

## Crivella sugere poupança e fundo especial para emigrante

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Empreendedor (FEE), a serem usados por brasileiros que vivem no exterior. A Poupança Emigrante permitirá ao brasileiro que mora em outro país manter uma conta no Brasil, o que irá garantir também o ingresso de moeda estrangeira no país. Os saques só poderão ser feitos aqui mesmo no Brasil, em real, pela taxa de câmbio flutuante.

A conta poderá também ter um co-titular vivendo no Brasil ou no exterior.

Já o FEE servirá para financiar os brasileiros que têm Poupança Emigrante e precisam investir em um negócio próprio no Brasil ou no exterior. A abertura e manutenção da Poupança Emigrante exigirá do titular a comprovação, junto ao consulado brasileiro do país em que viver, de que exerce atividade remunerada no país e ali reside há mais de seis meses, de forma consecutiva ou intercalada.

Cada emigrante poderá ter apenas uma conta, que garantirá rendimentos de 6% ao ano. Depois de 36 meses (três anos), o investidor que quiser voltar ao Brasil poderá obter um crédito equivalente a até duas vezes o valor do seu saldo médio, com limite de R\$ 100 mil, para investir em negócio próprio aqui.

“O que esse projeto (PLS 174/04) pretende é criar condições que estimulem os brasileiros que vivem no exterior, em geral de origem humilde, a enviar suas poupanças para o Brasil”, explicou o parlamentar.

O dinheiro do FEE ficará depositado em conta única do Tesouro Nacional e será gerido pelo Banco do Brasil.

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko